

**FACULDADES ATIBAIA – FAAT
CURSO DE PEDAGOGIA**

BIANCA SANCHES DA SILVA

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**ATIBAIA/SP
AGOSTO, 2017**

BIANCA SANCHES DA SILVA

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de curso apresentado como exigência para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia na FAAT – Faculdades Atibaia, sob a orientação da Profa. Dra. Micheli Kowalczyk Machado.

ATIBAIA/SP
AGOSTO, 2017

CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE APROVAÇÃO

BIANCA SANCHES DA SILVA

Título: “Mediação de conflitos na educação infantil”.

Trabalho apresentado ao Curso de Graduação de Pedagogia, para apreciação da Professora Orientadora Dra. Micheli Kowalczuk Machado, que após sua análise considerou o Trabalho _____, com Conceito _____.

Atibaia, SP, ____ de _____ de 2017.

Profa. Orientadora Dra. Micheli Kowalczuk Machado

“Dedico esse trabalho primeiramente a Deus que me presenteou com esse curso. E em segundo aos meus pais, meus irmãos e ao meu namorado que participaram efetivamente ao longo dos três anos.”

AGRADECIMENTOS

Em primeiro agradeço a Deus por ter me dado esse curso de presente, no qual, não deixou que faltasse ao meu pai Douglas o recurso financeiro ao longo dos três anos. Agradeço também por ter me sustentado em todo o tempo, principalmente nos momentos mais difíceis.

Em segundo agradeço ao meu pai Douglas pela disposição e perseverança para comigo, tanto no recurso financeiro, quanto no recurso mais precioso que temos, o tempo.

Em terceiro lugar agradeço a minha família, mãe Nádia, padrasto Márcio, aos meus irmãos Matheus e Ashiley e ao meu namorado Joel, que permaneceram firmes ao meu lado, entendendo os momentos de estresse, raiva, tristeza ou felicidade em abundância, obrigada também por entenderem a minha falta de tempo com vocês.

E por fim, a minha orientadora Profa. Dra. Micheli Kowalczuk Machado pelo incentivo, perseverança, paciência e dedicação em cada detalhe, que no final fez toda diferença.

“Professor não é o que ensina, mas o que desperta no aluno a vontade de aprender.”

Jean Piaget 1986-1980

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso visa responder algumas questões voltadas para os conflitos existentes na Educação Infantil, tais como: Como se iniciam alguns conflitos? Quais fatores ou características das faixas etárias da Educação Infantil levam as crianças a entrarem em conflitos? Como mediar conflitos em sala de aula? E quais as formas de mediação das mesmas? Exaltando que os professores devem saber e considerar que os conflitos são parte do desenvolvimento da criança e não devem ser visto como algo negativo. Este trabalho tem como objetivos: identificar quais fatores e/ou características das faixas etárias levam as crianças da Educação Infantil entrar em constantes conflitos; verificar a importância da preparação dos profissionais da educação para reconhecer tais fatores e/ou características buscando mediar os conflitos; apresentar e analisar a perspectiva piagetiana para a mediação de conflito na Educação Infantil. A principal metodologia deste trabalho é a pesquisa bibliográfica. Diante de todo aprofundamento na pesquisa bibliográfica referente ao tema, pode-se concluir que diversas características da faixa etária podem levar para o acontecimento de conflitos, assim é necessário que os professores estejam atentos a tais características e que saibam mediar os conflitos. Para tanto existem duas formas de sanção que podem ser posta em prática pelos professores, sanção expiatória (negativa) e sanção por reciprocidade (positiva).

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos. Mediação. Educação Infantil. Educadores.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 A EDUCAÇÃO INFANTIL E OS CONFLITOS	11
1.1 As características da Educação Infantil e os conflitos	11
1.2 O processo de socialização e o conflito	16
2 OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E AS MEDIAÇÕES.....	21
2.1 Como mediar? Estratégias de mediação.	21
2.2 As sanções	27
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem como tema a “Mediação de Conflitos na Educação Infantil”. A escolha do tema se deu ao fato de que muitos conflitos ocorrem na Educação Infantil, pois as características dessa faixa etária, faz com que os alunos não saibam explicar aquilo que estão sentindo, resolvendo da maneira que para ele é bom ou certo. Como por exemplo, o caso das crianças egocêntricas, que normalmente ocorre até os dois anos e meio, às vezes por não saberem falar ou explicar aquilo que está acontecendo/sentindo, as crianças resolvem agredindo (bater, morder, beliscar), chorando, gritando ou fazendo birra.

Outro ponto primordial para a escolha desse tema, é o despreparo de muitos dos profissionais que atuam na Educação Infantil diante de tais conflitos. É necessário que os profissionais que trabalham com as crianças compreendam, por exemplo, que o egocentrismo gera conflitos, e também é de extrema importância que saibam mediar esses conflitos, colaborando para que as crianças enxerguem o outro e também proporcionem espaços para expressar aquilo que estão sentindo. Ambientes autoritários e salas onde as regras são impostas pela professora, fazem com que a formação do juízo mais elevado não ocorra, característica que teimosamente apresentam-se nas escolas (MENIN, 1996 apud VINHA, 2006).

Na perspectiva piagetiana, tanto os conflitos que ocorrem no interior do indivíduo quanto os conflitos entre os indivíduos fazem parte do desenvolvimento como pessoa e estes além de necessários, são extremamente positivos. Quando acontece um conflito interpessoal, a criança é motivada por um desequilíbrio. A partir daí, os indivíduos começam a perceber o outro e o seu ponto de vista, começam a perceber que não somente o que eu quero e o que eu penso está correto. Se não acontece nenhum tipo de conflito, sejam eles internos ou interpessoais entramos mais uma vez na questão da autoridade, aonde um só manda e o restante obedece, modelo típico de uma escola tradicional VINHA (2006).

Mas o que é uma escola construtivista? A origem da expressão vem dos estudos de Piaget, aonde as crianças constroem os seus próprios conhecimentos, ou seja, as crianças têm muitas ideias que não foram ensinadas a ela, a mesma criou sozinha. Um exemplo disso é quando uma criança tenta fazer uma bolha quadrada com uma varinha quadrada pode ser uma ideia errada, mais é a ideia daquela criança. Isso resume uma escola construtivista. Obviamente que se numa

concepção aonde as crianças têm mais oportunidades, mais liberdade de expressão, os conflitos serão maiores e mais constantes. O educador tem que saber como lidar com as diferentes formas de conflito, quando duas crianças brigam por um mesmo objeto, por exemplo (VINHA, 2006). A autora menciona ainda que:

[...] Nessa ou em outras situações de conflito, o educador poderá intervir explicitando o problema de forma que as crianças possam entender, ajudá-las a verbalizar seus sentimentos e desejos promovendo a interação, e auxiliá-las a escutar umas as outras, convidando-as para colocar suas sugestões e propor soluções (VINHA, 2006, p. 351).

Para Kagan (1977), os conflitos entre as crianças, mais especificamente as agressões, estão ligadas à frustração, ou seja, se uma determinada criança for exposta a algo que ela não saiba fazer ou que ela não consiga fazer, esta vai reagir agredindo, pois essa é uma forma de expressar aquilo que está sentindo. Um exemplo citado no texto é que quando uma criança tenta abrir uma porta e não consegue, sendo que antes ela havia conseguido abrir, ela começa a ficar ansiosa, e quando ela descobre que essa porta foi trancada por alguém, ela fica brava e tem comportamentos agressivos.

Há, além disso, uma gama de diferenças individuais nas reações à frustração, tanto com respeito à intensidade como à forma da reação. Algumas crianças parecem ter uma “baixa tolerância à frustração”, reagindo imediata e diretamente a qualquer frustração [...] (KAGAN, 1977, p.310).

Para Redl e Winemam (1985) a agressividade da criança, também acontece por conta das frustrações, o fato de elas não saberem lidar com os sentimentos que tais frustrações provocam junto com a falta de organização (organização cognitiva, neste caso) das mesmas, fazem com que as crianças sejam agressivas, explosivas, medrosas e sintam desconfortos.

Diante do exposto, os problemas de pesquisa que norteiam este trabalho são: Como se iniciam alguns conflitos? Quais fatores ou características das faixas etárias da Educação Infantil levam as crianças a entrarem em conflitos? Como mediar conflitos em sala de aula? Para buscar as repostas para estes problemas de pesquisa, este trabalho tem como objetivos: identificar quais fatores e/ou características das faixas etárias levam as crianças da Educação Infantil entrar em constantes conflitos; destacar a importância da preparação dos profissionais da educação para reconhecer tais fatores e/ou características buscando mediar os conflitos; apresentar e analisar a perspectiva piagetiana para a mediação de conflito na Educação Infantil.

A metodologia deste trabalho está baseada na pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2008, p. 50) “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Durante a elaboração do trabalho também serão mostrados exemplos de salas de aulas e exemplos de mediação, essas informações estão disponíveis em livros conseguidos para a pesquisa do trabalho.

No primeiro capítulo deste trabalho serão mostradas quais características da Educação Infantil implicam para o surgimento dos conflitos, como tais conflitos acontecem e o que esses conflitos geram para o desenvolvimento das crianças, tanto como ponto positivo quanto negativo. Já no segundo capítulo, serão expostos como os profissionais da Educação Infantil devem agir diante dos acontecimentos e como o despreparo de muitos pode influenciar no desenvolvimento das crianças de forma negativa.

Ao longo deste trabalho serão especificados algumas características das crianças da Educação Infantil, sejam elas inerentes ou não a faixa etária, que contribuem para as situações de conflitos, buscando responder porque os conflitos acontecem com tanta frequência nas salas de aula. Em seguida o trabalho contará com as formas de mediação dos profissionais da área. Estes capítulos serão um norte para o entendimento do tema Mediação de Conflitos na Educação Infantil.

1 A EDUCAÇÃO INFANTIL E OS CONFLITOS

O objetivo deste capítulo é mostrar quais as características das crianças da Educação Infantil que implicam no acontecimento dos conflitos, como esses conflitos acontecem, como as crianças reagem diante dos acontecimentos (chorando, gritando, fazendo birra, batendo, mordendo). Esses conflitos não são somente conflitos externos (brigas), mas podem ser conflitos internos (cognitivos, morais, sociais).

O que é conflito?

Ao definirmos conflito como o resultado da diferença de opinião ou interesse de pelos menos duas pessoas ou conjunto de pessoas, devemos esperar que, no universo da escola, a divergência de opinião entre alunos e professores, entre alunos e entre os professores seja uma causa objetiva de conflitos. Uma segunda causa de conflitos é a dificuldade de comunicação, de assertividade das pessoas, de condições para estabelecer o diálogo (CHRISPINO, 2007, p.16)

Neste capítulo haverá uma busca de informações intensivas, nas quais servirá para sanar algumas dificuldades encontradas para entender os conflitos diários que ocorrem com mais freqüência nas salas de Educação Infantil, podendo assim contribuir positivamente no desenvolvimento das crianças, usando as formas de mediação correta, que será aprofundada no próximo capítulo. .

1.1 As características da Educação Infantil e os conflitos

Uma das características, que na verdade é desenvolvida na criança por meio da socialização da mesma, é a moral. É considerado desenvolvimento moral, o desenvolvimento de sentimentos, crenças, valores e princípios. Para que esse desenvolvimento aconteça, é necessária a presença do outro, como afirma Pifferrer (1992, apud VINHA, 2006 p.38):

O desenvolvimento da moralidade é influenciado pelas emoções, pelos juízos morais, pela capacidade de inibir condutas anti-sociais e pela capacidade de iniciar condutas valorizadas como morais. Todo esse processo está relacionado a uma etapa evolutiva, a uma cultura e a um processo de socialização.

Já como afirma Tognetta (2007), tais juízos são frutos de um trabalho sério, que favorece a cooperação, a afetividade, a manifestação de conflitos cognitivos, morais e sociais.

Na perspectiva piagetiana, em seus estudos, uns dos focos para desenvolver a moral são os jogos com regras, no qual, parte do mesmo princípio para o desenvolvimento da mesma, pois para ele, a construção da moral é um conjunto de regras, ou seja, a regra do jogo está no contrato que se estabelece entre os jogadores, já as regras morais, é o contrato com outro (TOGNETTA, 2007). Para Piaget (1994, p.23): “Toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras”.

O valor moral, não significa apenas ser bonzinho ou obedecer às regras, o valor moral implica justamente em “por que devo ser bonzinho ou por que devo obedecer esta regra?”, é a partir daí que surgem alguns dos conflitos diários. Imagine só uma criança que começa a questionar e desobedecer as regras da escola? Ou começa a questionar o porquê ela deve respeitar a vez ou vontade do outro? Esta é taxada como uma criança problema, desobediente. E na verdade não, ela está apenas desenvolvendo sua moralidade (VINHA, 2006).

“O valor moral de uma ação não está na mera obediência às regras determinadas socialmente, mas no porquê elas são obedecias: no princípio inerente a cada ação” (ARAÚJO, 1993,p.8 apud, VINHA, 2006 p. 40).

O que a moralidade tem a ver com os conflitos que acontecem com mais frequência, na Educação Infantil? Quando duas ou mais crianças querem brincar com o mesmo brinquedo, ou ainda quando uma não quer brincar com a outra, iniciam-se os conflitos (os tapas, mordidas, empurrões, xingamentos etc.), a forma como o (a) professor (a) aborda determinada situação faz com que as crianças ali presentes comecem a construir a sua moralidade. Por exemplo, se na correria do dia-a-dia o professor simplesmente as colocam de castigo ou para pensar, ou faz com que os alunos peçam desculpas sem ao menos explicar para eles o que aconteceu e fazer uma sugestão de como deve ser resolvido, ou ainda pede para que obrigatoriamente eles se abracem e peçam desculpas um para o outro sem ao menos sentirem vontade, nestes casos não está sendo construída a moral da criança, pois, o (a) professor (a) estará tomando a frente de toda a situação, fazendo com que os alunos façam algo automatizado e somente por obediência, não fazendo-os refletir sobre determinadas situações (VINHA, 2006).

Para a autora a construção da moral se dá por meio de interações com o outro. Se numa sala de aula, a pessoa que está responsável por ela, não deixa com

que as crianças interajam entre elas, não resolvam os pequenos conflitos sozinhas (porque podem gerar tumulto ou discórdia), naquele ambiente a construção da moral não está sendo efetiva. E quando então, esse (a) professor (a) decidir fazer com que as crianças interajam, haverá muitos conflitos, pois, eles não saberão lidar com a palavra socialização.

Outra característica presente na Educação Infantil, porém, essa é implícita na criança como característica da faixa etária, é o Egocentrismo.

A criança em idade pré-escolar não consegue estabelecer com clareza a distinção entre o seu ponto de vista e o de outras pessoas, nem entre seus pensamentos e a realidade física que interpreta. Em outras palavras, a criança não estabelece uma clara distinção entre o mundo exterior e o seu mundo interior, subjetivo. A criança pequena atribui suas intenções e seus desejos ao mundo físico, adota somente um ponto de vista sobre as coisas, acreditando que é o único, atribuindo um caráter de exterioridade e realismo a fenômenos subjetivos e é difícil dar-se conta de que outras pessoas vêem, crêem e pensam de modo diferente acerca da mesma realidade (PARRAT-DAYAN, 1998, p.7 apud VINHA, 2006, p. 62).

Para Piaget (apud VINHA, 2006), o egocentrismo ontológico é explicado por realismo, artificialismo, finalismo e animismo. O *realismo* que é a confusão entre o interno e o externo. Por exemplo, a criança acredita que é ela quem dirige a lua enquanto caminha, ou seja, ela acredita que as coisas são exatamente como de fato. Em relação ao *artificialismo*, é que para a criança tudo foi feito ou fabricado pelo ser humano. Por exemplo, a criança acredita que foram os homens quem cavaram um buraco bem grande e colocaram água para então virar um lago. Já o *finalismo*, para as crianças tudo tem uma finalidade. Por exemplo, a chuva foi feita para as plantas não morrerem de sede. E o por fim o *animismo* é a tendência de considerar que as coisas estão vivas e conscientes, ou seja, a criança não consegue separar o humano dos objetos. Por exemplo, quando uma criança diz “aquela onda boba derrubou meu castelo”.

Para Piaget (apud, VINHA, 2006), o egocentrismo em relação ao cognitivo, defende que a criança não é capaz de fazer reversibilidade, ou seja, a mesma não é capaz de voltar mentalmente uma ação anterior (pode ser algo que já aconteceu há algum tempo ou mesmo que tenha acabado de acontecer) e compará-la com a ação atual. Como comprovação disso, o autor traz a experiência da conservação de quantidade contínua, ou seja, quando mostrada para uma criança duas quantidades de massinhas iguais e em formatos iguais, e logo após transformarmos uma delas em outro formato, a criança afirmará que o novo formato tem mais ou menos

quantidade que a outra, mesmo sabendo que não foi acrescentada e nem tirada massinha da mesma.

Ainda sobre o egocentrismo estudado por Piaget, este faz com que as crianças pensem que as pessoas ali presentes funcionam entorno dela, nesse período, as crianças são incapazes de se colocar no lugar do outro, são incapazes também de discutir e expor sua opinião, pois para isso é necessário que haja uma reflexão interior, que por conta do egocentrismo isso não acontece (PIAGET apud VINHA, 2006).

Há dois motivos que colaboram para o egocentrismo das crianças. De acordo com Domingues de Castro (1993) citado por Vinha (2006), o desenvolvimento espontâneo da criança e a descentração podem não acontecer ou entardecer por dois motivos que os educadores devem ficar atentos. O primeiro aborda a falta de inter-relação humana, entre o adulto e a criança e entre as próprias crianças. Há pouca convivência entre as crianças, hoje em dia as famílias estão menores, as ruas estão mais violentas, conseqüentemente, as crianças acabaram perdendo espaços onde essa interação acontecia. A escola, muitas vezes, é o único lugar onde isso pode acontecer, e muitas vezes, os professores exigem das crianças que fiquem em silêncio, que as mesmas não conversem durante a atividade, afirmando que as conversas são ruins para a aprendizagem. Já o segundo se refere ao cuidado intensivo, o “excesso de intervenção do adulto, impedindo a criança de explorar o mundo, fornecendo-lhe as respostas prontas”, a solução dos problemas, fazendo pela criança o que ela deveria fazer sozinha.

Toda vez que o adulto age assim, pode estar contribuindo para o pensamento egocêntrico da criança, na medida em que visando ajudar a mesma, faz as coisas por ela, mostra o melhor caminho, ensina o que deve e o que não deve fazer. Esses fatos podem acontecer em casa e nas escolas. Quando ocorre na escola, diante dos conflitos, o professor não permite que o aluno pense no outro ou ainda não deixa com que as crianças resolvam seus próprios conflitos, fazendo-o por elas.

Todas as características aqui citadas são inerentes às crianças, tais características são pontos positivos no que diz respeito ao seu desenvolvimento, ou seja, os conflitos não podem ser considerados algo negativo e nem podem ser evitados.

Em relação ao ambiente e os conflitos, Vinha (2006), ressalta que é ilusão achar que ao organizar tal ambiente, os conflitos não irão surgir. Os conflitos sempre

estarão presentes, no qual o professor deve estar preparado para trabalhar com cada conflito no exato momento em que ocorrer, os conflitos não devem ser evitados, fazem parte do desenvolvimento dos alunos.

Piaget concebe o conflito, tanto o que ocorre no interior do sujeito como o os conflitos entre os indivíduos, como necessário ao desenvolvimento. [...] Os conflitos vivenciados pelo sujeito levam-no a buscar uma nova ordem interna alimentada e alimentadora da ordem externa, desencadeando todo um esforço de organização (VINHA, 2006, p. 350).

Para Vinha (2006), o professor perde muito tempo tentando evitar os conflitos ou procuram resolvê-los de forma rápida e mecânica, pois acreditam que os mesmos são nocivos. E ela ainda faz um alerta, em vez de o professor gastar toda energia tentando evitá-los, é mais fácil ajudar as crianças nesse momento a reconhecer o outro e o seu ponto de vista.

Um documento muito importante que embasa a Educação Infantil é o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) que também retrata a importância dos conflitos dentro do ambiente escolar:

A existência de um ambiente acolhedor, porém, não significa eliminar os conflitos, disputas e divergências presentes nas interações sociais, mas pressupõe que o professor forneça elementos afetivos e de linguagem para que as crianças aprendam a conviver, buscando as soluções mais adequadas para as situações com as quais se defrontam diariamente (BRASIL, 1998, p.31, v.1).

Piaget ainda ressalta que os conflitos internos são imprescindíveis para que haja um desequilíbrio e conseqüentemente uma organização da criança. O mesmo acontece com os conflitos interpessoais, no qual a criança é “obrigada” a conviver com o outro, esse outro tem uma forma diferente de pensar e agir resultando nos conflitos, esses conflitos são papéis importante para o desenvolvimento da criança, pois assim elas começam a perceber o outro e a sua maneira de pensar e agir.

As discussões ou conflitos são concebidos como positivos e necessários, mesmo que desgastantes, pois está havendo a troca de pontos de vista, só possível pela interação social. As ausências de conflitos refletem relações de respeito unilateral, em que raramente há atritos ou discussões, pois apenas uma das partes detém a autoridade, o poder, a razão (VINHA, 2006, p. 350)

É possível perceber até aqui a dimensão das características da Educação Infantil que levam as crianças dessa faixa etária a entrar em constantes conflitos,

será exposto a seguir um fator que não é uma característica das crianças, porém é algo que normalmente se inicia nas salas de Educação Infantil, a socialização.

1.2 O processo de socialização e o conflito

Como afirma Sebastião (2013), essa característica da criança como ser social autônoma é um trabalho de mais de dois séculos. No entendimento pré-moderno a criança era vista pelos religiosos como inocência adquirida, pois acreditavam na mera obediência da criança e na sua fraca autonomia, já Rousseau em Emílio. Da Educação, defende a criança como naturalmente inocente. Essas contraposições marcaram as visões sobre infância. A escola teve um papel importante nessa reconfiguração da infância, pois era necessário produzir crianças que se adaptassem à sociedade moderna.

A questão da disciplinação das crianças coloca-se num quadro complexo em que se cruzam a necessidade de socializar as crianças de forma a garantir a sua adesão aos quadros de valores e sistemas de regras sociais, a crescente importância de quadros de valores ativos de tipo universalista e a forma como interferem com os processos de socialização e as formas de regulação dos comportamentos infantis (os direitos da criança, por exemplo) [...] (SEBASTIÃO, 2013, p.26).

Arribas (2004), retrata sobre a necessidade da presença de outros seres humanos para a criança se sentir e desenvolver como um ser social, para passar de uma potencialidade para uma realidade. Ela compara ainda as crianças com as crianças selvagens, que incorporam os comportamentos dos animais e não alcançam os comportamentos humanos, justamente pela falta de contato com a espécie humana.

A presença humana de que a criança necessita para seu processo de realização pessoal deve ser, além disso, uma presença de qualidade, não qualquer tipo de interação social com pessoas significativas de seu ambiente, mas uma interação positiva (ARRIBAS, 2004, p.49).

A autora ainda separa o processo de socialização em duas partes, a *interação dinâmica* e a *adaptação social*. A *interação dinâmica* diz respeito à relação bidirecional, que cerca a relação da criança com as outras pessoas que estão próximas a ela. Já a *adaptação social* retrata sobre o processo de socialização que permite que o sujeito se adapte a sociedade na qual terá de viver.

Na Educação Infantil os conflitos normalmente acontecem porque as crianças são bem egocêntricas, esta autora mostra que dentro desse processo de socialização dentro da escola, é necessário mostrar as crianças que:

É fundamental, desde as primeiras experiências da vida em grupo, na escola infantil, que a criança vivencie o valor e a importância das diferenças individuais, já que é essa diferenciação que enriquece a vivência coletiva. É necessário, portanto, superar a tendência errônea ao igualitarismo (ARRIBAS, 2004, p.50).

Em relação aos conflitos e agressividade, essa mesma autora ressalta que eles acontecem por dois motivos, *a necessidade de afirmação do “eu” e a necessidade de relacionar-se com os outros*. As brigas e as competições são exemplos disto. Ela ainda enfatiza que é necessário compreender essa manifestação como característica do processo de socialização.

Nas idades correspondentes à escola infantil, as brigas costumam surgir como consequência da necessidade exploratória (puxão de cabelo para ver o que acontece, empurrão para medir sua força), ou por problemas de propriedade (ARRIBAS, 2004, p.51).

Arribas (2004), reforça que a socialização referente à família faz com que as brigas nas escolas aconteçam com mais ou menos frequência, ou seja, segundo a autora as brigas acontecem com mais frequência nas crianças de família com status social mais baixo, possivelmente, porque as agressões acontecem com mais frequência naquele ambiente ou porque as crianças passam bastante tempo na rua com crianças da sua idade.

Goldschmied e Jackson (2007) também retratam sobre a questão do processo de socialização e o conflito relacionados à família: “As pesquisas sobre vínculo parental indicam que mais de um terço das crianças que vivem nas áreas mais pobres podem ser classificado como “difícil” em testes padronizados” (GOLDSCHMIED; JACKSON, 2007, p. 237). Essas autoras ainda ressaltam que não somente crianças com problemas familiares têm certas dificuldades.

A imitação parece ser um fator de muita influência para o comportamento agressivo, de maneira que as crianças que habitualmente atacam outras provavelmente estão refletindo a discórdia e a desarmonia existentes em suas casas (GOLDSCHMIED e JACKSON, 2007, p.241).

Se tratando ainda da questão familiar, as autoras enfatizam um ponto no qual diz respeito à conduta dos familiares e das cuidadoras, retratam que a forma como a criança é ouvida (ou pouco ouvida), agregam negativamente para seu comportamento e desenvolvimento, tanto no ambiente familiar, quanto no ambiente escolar. Um exemplo de conflito relacionado à família e que atinge diretamente à

escola, é quando um primogênito recebe um irmão ou irmã, a criança se sente muito mais segura quando percebe que a cuidadora ou a família tem uma atenção especial para ela, podendo auxiliá-la quando estiver com algum problema:

Um exemplo típico ocorre quando uma criança em seu terceiro ano de vida vivencia o nascimento de um irmão ou irmã. Uma pesquisa relatou que 93% dos primogênitos mostram um aumento na ocorrência de comportamento não-cooperativo e exigente depois da chegada de um segundo filho ou filha, de forma que uma mudança temporária de comportamento pode ser vista como totalmente normal. O importante é que os adultos evitem reagir de uma forma punitiva (GOLDSCHMIED; JACKSON, 2007, p.239).

A autora Felipe (2001) cita os autores sociointeracionistas, Piaget, Vygotsky e Wallon para falar do desenvolvimento Infantil a partir da socialização:

Piaget, Vygotsky e Wallon tentaram mostrar que a capacidade de conhecer e aprender se constrói a partir das trocas estabelecidas entre o sujeito e o meio. [...] A articulação entre os diferentes níveis de desenvolvimento (motor, afetivo e cognitivo) não se dá de forma isolada, mas sim de forma simultânea e integrada (FELIPE, 2001, p.27).

A mesma autora explica brevemente sobre o pensamento dos três autores. Henri Wallon propôs seus estudos do desenvolvimento infantil partindo dos aspectos afetivos, motores e da inteligência. Wallon acreditava que o desenvolvimento da inteligência estava diretamente ligado as experiências oferecidas pelo meio em que vive, sejam espaços físicos, pessoas, culturas. Lev Semenovitch Vygotsky em seus estudos concluiu que o funcionamento psicológico vai se estruturando a partir da relação entre o indivíduo e o mundo exterior. Já Jean Piaget, a preocupação principal deste autor é como se estruturava o conhecimento. Ao longo dos seus estudos Piaget afirmou que a inteligência vai se aprimorando conforme as interações estabelecidas com o mundo.

A autora Santolin (2012), também menciona Vygotsky e Wallon ao falar da socialização. Vygotsky acredita que é durante a socialização (a relação interpessoal) que as crianças se produzem e se apropriam das culturas simbólicas, por exemplo. Já Wallon explica sobre a diferenciação do eu e do não-eu, ou seja, a concepção do eu (egocentrismo) e a concepção do não-eu (pensamento social). Ainda para Wallon, é nessa fase que mais acontecem os conflitos, tanto na relação criança-criança como criança-adulto.

Segundo Galvão (1995), para Wallon, o desenvolvimento infantil e social é marcado por conflitos:

Conflitos de origem exógena, quando resultantes dos desencontros entre as ações da criança e o ambiente exterior, estruturado pelos adultos e pela cultura. De natureza endógena, quando gerados pelos efeitos da maturação

nervosa. Até que se integrem aos centros responsáveis por seu controle, as funções recentes ficam sujeitas a aparecimentos intermitentes e entregues a exercícios de si mesmas, em atividades desajustadas das circunstâncias exteriores. Isso desorganiza, conturba, as formas de conduta que já tinham atingido certa estabilidade na relação com o meio (GALVÃO, 1995, p.29).

Ainda para essa autora, Wallon destaca que o processo de socialização da criança é marcado pela individualização. Começa aí a identificação da sua personalidade a personalidade do outro, dando início aos conflitos.

O terceiro ano de vida dá início a uma reviravolta nas condutas da criança e nas suas relações com o meio [...] Em geral, esta etapa tem o aspecto de uma verdadeira crise, como bem podem testemunhar os educadores da faixa pré-escolar, na qual são extremamente freqüentes os conflitos interpessoais (GALVÃO, 1995, p.52).

Na sucessão de conflitos interpessoais que marca o estágio personalista, expulsão e incorporação do outro são movimentos complementares e alternantes no processo de formação do eu (GALVÃO, 1995, p.54).

O RCNEI (1998) retratou a importância de socialização nas instituições de Educação Infantil:

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a freqüentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação (BRASIL, 1998, p. 23, v.1).

A socialização para Kagan (1974), parte da cultura que a criança está inserida, ou seja, o ambiente em que a mesma vive irá formar parte das características dela, agressivo ou retraído, egoísta ou generoso, ateu ou poleísta, entre outras características.

Ainda para este mesmo autor, no decurso do seu treino socializador, a criança aprende que deve inibir determinados atos proibidos e também adiar a realização de muitas de suas vontades, isso pode ser aprendido em casa e aprimorado na escola, local onde a criança pode conviver com outras crianças da mesma idade.

As autoras Carvalho, Magalhães e Assis (1999) mostram que é necessário considerar as crianças como cidadãos e cidadãs e também se deve considerar suas diferenças, sejam em termos históricos, regional, social, étnico e sexo. Ao considerar esses aspectos, as autoras afirmam que ocorrerão conflitos, e ressaltam:

Os conflitos- que podem emergir- não devem ser encobertos: mas, por outro lado, não podem ser reforçados: precisam ser explicitados e trabalhados com as crianças a fim de que sua inserção social no grupo seja construtiva, e para que cada uma seja valorizada e possa desenvolver sua autonomia, identidade e espírito de cooperação e solidariedade com as demais (CARVALHO; MAGALHÃES; ASSIS, 1999, p. 19).

É possível perceber ao longo deste primeiro capítulo quais características e fatores presentes nas escolas de Educação Infantil que conseqüentemente acarretam para os conflitos. Essas informações são peças chaves para o próximo capítulo, pois através do entendimento dos conflitos, pode-se então mediá-los de forma correta, assunto que será abordado com mais ênfase no próximo capítulo.

2 OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E AS MEDIAÇÕES

Neste capítulo serão mostradas as várias formas de mediação existentes, e qual delas teoricamente e na prática trazem mais resultados positivos para o desenvolvimento dos alunos, tanto para o ambiente escolar, quanto para a vida (escola, família e sociedade).

O que é mediação?

Chamaremos de mediação de conflito o procedimento no qual os participantes, com a assistência de uma pessoa imparcial – o mediador –, colocam as questões em disputa com o objetivo de desenvolver opções, considerar alternativas e chegar a um acordo que seja mutuamente aceitável (CHRISPINO, 2007, p.23).

Ao longo do trabalho, também será explicado qual a importância que os profissionais da educação carregam em relação ao conhecimento das características das faixas etárias, e como a mediação que os mesmos exercem implicam no desenvolvimento dos alunos, tanto de forma positiva, quanto de forma negativa.

2.1 Como mediar? Estratégias de mediação.

Vinha (2006), diante dos conflitos existentes no dia-a-dia em sala de aula é necessário saber como lidar diante de cada situação para que a moral da criança seja construída, assunto tratado no capítulo anterior, por exemplo, quando uma criança faz uma fofoca sobre a outra e essa conversa chega aos ouvidos do (a) professor (a), qual é a melhor forma de mediar esse conflito? Chamando a criança que fez a fofoca e dizer que está triste e que não gosta de criança fofoqueira? Ou chamando as duas crianças envolvidas e valorizar o sentimento de tristeza da parte prejudicada, usando esse gancho para mostrar a outra criança que quando se faz uma fofoca sobre um amigo, gera um sentimento de tristeza e uma falta de confiança da outra parte, prejudicando aquele relacionamento. A mediação correta dos conflitos ajuda muito na construção da moral das crianças.

O RCNEI (1998) destaca algumas estratégias que o professor pode adquirir:

A interação social em situações diversas é uma das estratégias mais importantes do professor para a promoção de aprendizagens pelas crianças. Assim, cabe ao professor propiciar situações de conversa, brincadeiras ou de aprendizagens orientadas que garantam a troca entre as crianças, de forma que possam comunicar-se e expressar-se,

demonstrando seus modos de agir, de pensar e de sentir, em um ambiente acolhedor e que propicie a confiança e a auto-estima (BRASIL, 1998, p.31, v.1).

Para Leonhardt, Carvalho e Beatriz (2014), existem três pontos importantes que os educadores saibam:

1- As situações de conflito entre crianças são frequentes em escolas de Educação Infantil; 2- o educador exerce um papel importante na resolução de conflitos; e 3- as estratégias utilizadas pelos professores na resolução de conflitos podem favorecer o desenvolvimento da heteronomia ou da autonomia moral (LEONHARDT; CARVALHO; BEATRIZ, 2014, p. 249).

Os cursos de formação para professores estão contribuindo ou ensinando que é necessário que um bom professor saiba mediar situações de conflitos? Ainda para essas mesmas autoras, a resposta seria parcialmente.

Esta é uma explicação plausível, visto que raramente os cursos de formação proporcionam a reflexão sobre questões sociais e éticas, de forma a preparar o futuro profissional para, com segurança e tranquilidade intervir em situações de divergências e disputas e resolvê-las (LEONHARDT; CARVALHO; BEATRIZ, 2014, p.252).

Essas mesmas autoras citam Piaget para falar de um assunto que foi bastante discutido no primeiro capítulo desse trabalho, que é a moral, porém aqui elas falam da moral como forma de educação, ou seja, mediação:

Piaget (1930/1998) distingue basicamente dois métodos de educação moral: (a) o método verbal; e (b) o método ativo. O primeiro consiste em ensinar as noções de moral e valores às crianças através de discursos e sermões, enquanto o método ativo busca não impor à criança por meio de autoridade aquilo que ela tem condições de descobrir por si mesma ao interagir com outras pessoas. Piaget considera que, sozinho, o método verbal não é capaz de fazer a criança internalizar o porquê das regras, pois ensina regras prontas, as quais assim se relacionam à coação e ao respeito unilateral. Somente com a participação ativa da criança em ações e reflexões que digam respeito a questões morais é que sua autonomia pode desenvolver-se (LEONHARDT; CARVALHO; BEATRIZ, 2014, p.248).

Para Vinha (2006), o professor durante o trabalho com as crianças se depara com várias situações, como conflitos, problemas repentinos, momentos de crise, que necessitam de uma ação por parte do professor, e essa ação não pode ser inconseqüente, pois afeta diretamente a vida da criança, seja de forma positiva ou negativa. Ainda ressalta que muitos professores não querem trabalhar de forma autoritária com as crianças, visto que foi trabalhado dessa maneira com eles, porém eles se sentem inseguros e confusos diante de tantas teorias, não sabendo como mediar algumas situações, voltando para a mediação autoritária.

O RCNEI (1998), também reforça essa questão de uma escola autoritária e uma escola onde se deseja educar alunos para um convívio social:

Tradicionalmente, as instituições escolares associam disciplina a silêncio e vêem a conversa como sinônimo de bagunça, indisciplina. Embora mais consolidada no ensino fundamental, essa visão influencia também a prática na educação infantil, em que não raro o comportamento que se espera da criança é o da simples obediência, o silêncio, a imobilidade. Essa expectativa é incompatível com um projeto educativo que valoriza a criança independente, que toma iniciativas e que coordena sua ação com a de outros (BRASIL, 1998, p.39, v.2).

O professor mediador deve estar ciente das situações de conflitos existentes nas salas de aula, deve também estar preparado para lidar com eles de forma individual, ou seja, não existe uma maneira específica de mediar todos conflitos:

Tenho a convicção de que para mediar não basta possuir habilidades e técnicas específicas, é preciso dominar a difícil tarefa de se integrar emocionalmente com os outros. Auto se designar mediador ignorando este fato significa um mau começo. Mediar é uma “arte” (e como tal, reclama o homem por inteiro) de conduzir um procedimento carregado de intensidades (RODRIGUES, 1999, p. 03 apud GRAUNDENZ, 2008, p. 112).

A autora Vinha (2006, p. 166), também reforça essa ideia: “Bons educadores precisam de habilidades, de procedimentos específicos, para traduzirem seus ideais e objetivos em práticas diárias efetivas. [...] Não existem receitas [...] Cada situação é única. E cada criança também”.

Considerando esta diversidade de situações cabe mencionar, por exemplo, que muitas vezes as crianças não sabem expressar de forma oral aquilo que estão sentindo, pensando ou não sabem explicar o que está acontecendo, e acabam partindo para a agressão, pois nessa fase a criança é muito impulsiva. Uma forma de mediar uma situação de mordida, por exemplo, se um determinado aluno tem o hábito de morder os outros colegas constantemente quando está bravo, a professora pode dar ao aluno objetos que podem ser mordidos e propor a ele que quando o mesmo estiver bravo que morda o determinado objeto, mas claro sempre incentivando que o mesmo tente falar o que está sentindo. Outra situação que é frequente nas salas de Educação Infantil é o fato de brigar por conta de brinquedos, quando uma criança tira um brinquedo da mão de outra, uma estratégia de mediação é a professora falar ao aluno que não precisa retirar o brinquedo da mão do colega, é só pedir. Como são pequenas, as crianças se expressam mais através de ações do que de palavras, então, o professor deve falar de forma direcionada, e não dar sermão, visto que quase todas as palavras serão “perdidas” (VINHA, 2006).

Ser mediador, não é tomar a frente do problema e decidir pelas crianças o que é certo ou não, o que deve ser feito ou não. O profissional mediador é aquele

que reconhece que o conflito pertence às crianças e não à ele, auxiliando assim as crianças à tomarem uma decisão, ajudando as partes a se ouvirem, levantando perguntas que permitam que as crianças reflitam sobre o acontecido. Porém, o que se vê nas escolas de Educação infantil, é o contrário disso, Vinha (2006, p. 351) mostra um exemplo muito comum disso: “Ao deparar-se com duas crianças brigando por um mesmo objeto, o educador o retira das crianças dizendo-lhes que, já que eles não podem compartilhá-lo, então ele não mais irá deixá-las brincar com ele”.

É possível observar que outros autores também retratam essa questão do mediador ser alguém para ajudar e não tomar o conflito para si e resolvê-lo: “[...] na situação de mediação, não é um terceiro estranho à relação que dirá quem está “certo” e quem está “errado”. [...] O mediador tem como função primordial abrir o canal de comunicação [...]” (GRAUNDENZ, 2008, p.108).

Goldschmied e Jackson (2007) também trazem essa questão do professor como um terceiro no conflito, diz que quando duas crianças brigam por um mesmo brinquedo o professor pode ficar em silêncio ao lado das crianças, esperando que elas achem a solução para aquele problema, é necessário que a educadora fique ao lado das crianças para que não se machuquem. Quando uma das crianças resolve ceder, o professor pode parabenizá-la pela ação e dizer que eles (educador e aluno) podem brincar juntos até chegar a vez dele de brincar com tal brinquedo. Essas mesmas autoras enfatizam que quando a educadora percebe que uma das crianças realmente pegou o brinquedo da outra, é necessário que em silêncio aconteça uma intervenção para a devolução do brinquedo.

Leonhardt, Carvalho e Beatriz (2014) tratam da situação do conflito como algo necessário para que os alunos comecem uma atividade cooperativa, proporcionando que os alunos entendam a opinião do outro, cooperando para que não somente a sua vontade, desejo e opinião sejam respeitados, superando as relações de caráter individualista e competitivo e cabe ao professor propiciar esses momentos para os alunos.

Chrispino (2007) faz um alerta em relação à escola e a forma como as mesmas lidam com os conflitos:

Há, portanto, dois tipos de escola: aquela que assume a existência de conflito e o transforma em oportunidade e aquela que nega a existência do conflito e, com toda a certeza, terá que lidar com a manifestação violenta do conflito, que é a tão conhecida violência escolar (CHRISPINO, 2007, p.23).

Vinha (2006) menciona que os professores devem propiciar aos alunos o sentimento de amizade, para que então a resolução dos conflitos tenha uma cooperação por parte dos alunos, pois quando o aluno valoriza aquela amizade ele tem medo de perdê-la ou prejudicá-la. Cabe ao professor ser um auxiliador dessa relação, ele não pode deixar as crianças a própria sorte, pois, tendo em vista as características das mesmas, elas podem não saber lidar sozinhas com a situação e fracassarem. Há muitas situações de conflitos presentes nas escolas de Educação Infantil, quase toda a sua totalidade é entre as crianças, essa autora nos dá muitas dicas de como mediar esses conflitos. Citaremos dois exemplos, um exemplo negativo e um exemplo positivo.

Como exemplo negativo:

Certa vez, duas garotas estavam brigando porque, apesar de ter massas de plastilina de diversas cores no “canto da modelagem”, ambas queriam trabalhar com a massinha cor-de-rosa, a professora dirigiu-se até o local, dividiu a massa em dois pedaços iguais e entregou-os para as meninas. Elas começaram a comparar as metades, porém, ao manusear a massa ela mudava de forma e como as crianças ainda não tinham a conservação de quantidades contínuas, uma começou a chorar dizendo que a colega havia ganhado mais massa (que estava em forma de pizza) que ela (a sua estava em bolinha) (VINHA, 2006, p.357).

Ao agir assim, o professor estará resolvendo a situação para as crianças, que logo voltarão para questionar algo relacionado aquela situação, uma pode achar que a outra foi protegida ou que a mesma foi injustiçada. Nessa situação, a mediação do conflito não foi exercida, o professor tentou acabar com aquela briga.

Como exemplo positivo:

Em uma pré-escola, duas garotas tinham brigado porque LIA havia pego a boneca da WAN, que chorava, pedindo a ajuda da professora para recuperar a boneca e “dar um castigo” para a outra “aprender a não fazer mais isso”. Visando auxiliar a criança a defender-se, a professora perguntou a WAN por que ela havia deixado que LIA lhe tirasse a boneca. Questionou-a sobre como ela havia se sentido quando isso ocorreu, incentivando que o explicitasse a colega. Em seguida questionou LIA sobre o que devemos fazer quando queremos alguma coisa que está com outra pessoa, e acrescentou: “Você não poderia ter conseguido a boneca de outra maneira? O que podemos fazer quando queremos um brinquedo que está com outra pessoa?” (VINHA, 2006, p.356).

Percebe-se neste caso a mediação correta do conflito, o diálogo, os questionamentos por parte da professora, o fato das meninas expressarem aquilo que estava acontecendo e por fim chegarem a uma solução: “Buscar outra boneca no “cantinho do faz-de-conta” e brincarem juntas” (VINHA, 2006, p.356). Outro fato importante que já foi mencionado neste trabalho é a diferença de tempo que é gasto

nas duas situações, no primeiro caso a professora não perdeu tempo nenhum ao agir pelas crianças, já no segundo caso notamos o tempo que precisou ser gasto para mediar de fato aquele conflito.

Vinha (2006) também mostra as mediações dos professores através das punições e recompensas: “É muito comum que diante de situações em que as crianças brigam, apresentam um mau comportamento, desobedecem às regras ou são indisciplinadas, os educadores utilizem as recompensas ou punições” (VINHA, 2006, p.358). A autora ainda ressalta que essas formas funcionam, porém, por ser uma forma autoritária de lidar com o conflito, deixa conseqüências negativas na vida da criança e num ambiente cooperativo, que valoriza o desenvolvimento da criança, essas formas não podem existir.

Goldschmied e Jackson (2007) dizem sobre a escola (no texto elas se referem como centro de cuidado) elas ressaltam que a organização do espaço tem um efeito poderoso no comportamento das crianças. Quando as professores percebem comportamentos difíceis nas mesmas, elas devem perceber ainda se o ambiente que estão proporcionando à elas não está colaborando para que as coisas se tornem ainda piores, agindo assim podem evitar alguns conflitos que envolvam choro e gritaria. As autoras ainda orientam que é mais fácil evitar o confronto entre as crianças de forma positiva, do que reagir de forma negativa depois.

O RCNEI (1998) também retrata a organização da sala em relação aos conflitos, enfocando nos conflitos pelos brinquedos, das crianças bem pequenas:

Um aspecto a ser levado em conta é a quantidade de exemplares de brinquedos ou objetos significativos colocados à disposição. A oferta de múltiplos exemplares pode facilitar a comunicação, na medida em que propicia ações paralelas, de imitação, bem como ações lúdicas encadeadas de faz-de-conta. Além disso, tal procedimento tem chances de reduzir a incidência de conflitos em torno da posse de objetos. O faz-de-conta é momento privilegiado de interação entre as crianças. Por isso a importância de ter espaço assegurado na rotina ao longo de toda a educação infantil (BRASIL, 1998, p. 32, v.2).

Goldschmied e Jackson (2007) trazem algumas estratégias de mediação. Em relação ao acesso a raiva, como elas mencionam no texto, tentar conter as crianças com palavras nesses momentos será totalmente em vão ou pode até piorar as coisas. O professor será muito mais útil se ficar perto da criança, sentado, dando-lhe a atenção necessária, neste momento ele trará calma para o ambiente, tanto para a criança que está tendo esse acesso a raiva, quanto para as outras que estão no mesmo ambiente. Quando esse momento passar, a professora pode oferecer um

copo d'água para a criança junto com palavras tranquilas. Algumas crianças podem ter aprendido que essas são as únicas formas de manifestar aquilo que estão sentindo, é necessário desconstruir essa ideia. Elas ainda mostram dois tipos de interação que as cuidadoras podem ter com as crianças, como forma de mediação:

É claro que estabelecer limites é parte do processo de socialização que ocorre a medida que o bebê, completamente dominado por suas necessidades físicas, se desenvolve e amadurece. Para suas cuidadoras, isso significa encontrar um equilíbrio entre dois tipos de interação com a criança: por um lado a afeição, a tolerância, a empatia, a proteção, a compreensão, produção de confiança e estímulo; por outro, fazer pedidos, proibir certos comportamentos, expressar desconforto, dar responsabilidades (GOLDSCHMIED; JACKSON, 2007, p. 238).

Para Oliveira (2002) o professor da Educação Infantil tem por diversas responsabilidades perante as crianças, seja no seu modo de agir ou pensar, respeitando a cima de tudo as diferenças. Ainda para essa autora a situação educativa torna o ambiente favorável para diversos problemas encontrados dentro da escola, tais como preconceito, aprendizado com base nas diferenças.

Inclui, para cada criança, poder se expressar e respeitar a expressão do outro em relação a sentimentos, ideias, costumes, preferências, ser aceita em suas características físicas e morais, receber demonstração de interesse quando não comparecer à creche ou pré-escola, demonstrar interesse em saber as razões da ausência de outra criança e criar formas não violentas de solução de conflitos (OLIVEIRA, 2002, p. 52).

Oliveira (2002) ainda traz uma ideia super eficaz, de fazer assembleias com as crianças. As assembleias são encontros para tratar sobre determinados assuntos. No texto, ela traz o exemplo de projetos de preservação ambiental, a assembléia ajuda no trabalho do professor, pois nesse momento o aluno tem a oportunidade de se expressar, debater, ouvir.

Pode-se perceber até aqui as muitas formas de mediação nos quais os professores assumem na rotina escolar mediante as diversas situações, mediações positivas e negativas, que contribuem efetivamente para o desenvolvimento dos alunos. No próximo subtítulo, serão discutidas as duas sanções estudadas por Piaget, a sanção expiatória e a sanção por reciprocidade, ambas são formas de mediação, uma negativa e uma positiva.

2.2 As sanções

Piaget (1994) utilizou tanto a palavra sanção como a palavra justiça, e as definiu, voltado para o trabalho com as crianças, como: “Chegaremos à conclusão

de que o sentimento de justiça [...] é para se desenvolver, se não o respeito mútuo e a solidariedade entre as crianças” (PIAGET, 1994, p.156).

A autora Archangelo (2010) também partiu da definição de Piaget:

O conceito de justiça, considerado por Piaget (1994) como a mais racional das concepções morais, necessita, para se desenvolver, de duas formas de condutas, a saber: do respeito mútuo e da solidariedade e para entender esse conceito deve-se compreender como a criança concebe o que é justo ou injusto. Para isso, o pesquisador atrelou o estudo sobre a concepção de justiça com a concepção de sanção por meio do julgamento de dilemas hipotéticos. Identificou três grandes níveis evolutivos de justiça: Imanente, Retributiva e Distributiva (ARCHANGELO, 2010, p.61).

As sanções são formas de mediação que o professor pode aderir para trabalhar com as crianças, as mesmas foram estudadas por Piaget. Existem duas formas de sanção, sanção expiatória e sanção por reciprocidade, ambas serão aprofundadas ao longo deste subtítulo.

Piaget (1994) distinguiu dois tipos de sanções, a primeira delas é a sanção expiatória, que diz respeito à:

Chamaremos as sanções expiatórias, as quais nos parecem ir a par com a coação e com as regras de autoridade. [...] A sanção expiatória apresenta, pois, o caráter de ser “arbitrária”. isto é, de não haver nenhuma relação entre o conteúdo da sanção e a natureza do ato sancionado (PIAGET, 1994, p.161).

Archangelo (2010) afirma que esse tipo de sanção é utilizada em uma educação autoritária, pautada no respeito unilateral, ou seja, o professor manda e o aluno obedece. Ela ainda diz que quanto menor a criança, mais o adulto acha justo aplicar esse tipo de sanção, porém, quando a criança vai crescendo o senso de injustiça vai aparecendo e cada vez menos essa sanção trará resultado.

Vinha (2006) ainda traz exemplos de sanções expiatórias: Por exemplo, quando o aluno fica de castigo sem recreio, porque rasgou um livro, ou, por ter atrapalhado a roda da conversa, não participará da próxima atividade. Ao entender esse tipo de sanção, nota-se através de experiências e vivências que na maioria das escolas esse tipo de comportamento é o mais adotado pelas professoras. A autora ainda reforça que mesmo que essa sanção traga sofrimento, dor, desespero para as crianças, as mesmas não sentem necessidade de mudar o comportamento para evitar tais punições. Ela ainda ressalta que as crianças continuam a praticar as mesmas ações e o professor tende a aumentar as punições, vivendo num tremendo confronto.

Numa classe, como uma aluna não ajudara na limpeza, a professora deixou-a esperando alguns minutos a mais no final da aula, para que ela

aprendesse a colaborar na arrumação. No outro dia a garota repetiu a mesma atitude. Isso mostra que essa sanção não foi suficiente para mudar seu comportamento (VINHA, 2006, p.370).

A autora explica o porquê das crianças se comportarem dessa maneira. Ela diz que quando as crianças fazem algo errado e são punidas dessa forma, elas tendem a entender que suas “dívidas” estão pagas, podendo agir novamente, como se tivesse agora um “débito”. Ou ainda as crianças se sentem injustiçadas, quando saem do castigo ou cantinho elas fazem novamente ou pior, como se estivessem dizendo “não adiantou nada”. Em relação ainda com essa questão da criança se achar injustiçada com a punição, no início dessas punições as crianças se sentem completamente injustiçadas, porém, com o passar do tempo as mesmas começam a achar válido esse tipo de punição e tendem ainda a aplicá-la quando forem adultos.

Ainda para Vinha (2006), alguns adultos têm o que se chama de “adultocentrismo”, ou seja, ele incorpora a maneira como foi criado e não consegue enxergar outra maneira para resolver tais situações. “Eu fui educada desse jeito. Meus pais me castigavam e batiam, e se não fosse isso, eu não seria a pessoa que sou hoje!” (VINHA, 2006, p.370).

A segunda sanção por sua vez diz respeito à reciprocidade:

Em segundo lugar, está o que denominaremos sanção de reciprocidade, enquanto vão a par com a cooperação e as regras de igualdade. Seja uma regra que a criança admite do interior, isto é, que compreendeu que a liga a seus semelhantes por um elo de reciprocidade (PIAGET, 1994, p.162).

Archangelo (2010) afirma que quando a sanção por reciprocidade começa a ser entendida e aplicada, a necessidade da aplicação da sanção expiatória não existe mais, pois as crianças começam a entender a finalidade de tal sanção (por reciprocidade), ou seja, quando a mesma é injustiçada ou entra em um problema, ela automaticamente sente a necessidade de debater sobre aquilo.

Piaget (1994, p. 159) identificou que, para as crianças, “entre as sanções possíveis, as únicas justas são aquelas que exigem uma restituição [...]”, que colocam o “culpado” para lidar com as consequências dos seus atos.

Vinha (2006) explica que para colocar essa sanção em prática basta que o professor explique sobre consequências de rompimento de relações ou ainda colocar a criança para decidir o que é possível fazer. Para que essa sanção seja eficaz as crianças devem valorizar os laços sociais que elas criaram e desejar a cima de tudo sua recuperação, caso que também deve ser trabalhado com as crianças. Pode-se ainda dizer que essa sanção é uma forma de trocar um castigo

por algo que seja recíproco para as crianças. Como foi dito um pouco antes sobre a criança se sentir injustiçada, quando o educador trabalha com esse tipo de sanção a mesma não tem esse sentimento, mais sim um sentimento agradável em relação à isso.

Vinha (2006) traz ao longo de seu texto diversos casos com sanção por reciprocidade:

Em uma escola de Educação Infantil, já estava na hora de as crianças guardarem os brinquedos da classe espalhados pelo parque, e entrarem na sala de aula e darem início à próxima atividade planejada. JAC continuava brincando no “trepa-trepa”, ignorando os repetidos convites de sua professora para que viesse auxiliar seus colegas a recolher os brinquedos. A educadora foi buscá-la, trazendo-a pela mão, enquanto lhe dizia que naquela escola todos ajudavam a limpar o que sujaram e a guardar o que pegaram. A criança veio e participou da arrumação com boa disposição, não considerando injusto o que estava sendo exigido (VINHA, 2006, p. 372).

Vinha (2006) também toca em outro ponto, quando duas crianças acabam de brigar, não é adequado colocá-las para se abraçarem ou se beijarem, pois existe ali um sentimento e esse sentimento precisa ser recuperado. Ela ainda explica que devemos respeitar as crianças e nos colocar no lugar delas, ou seja, ninguém pediria para que dois adultos que acabaram de brigar de abraçar ou beijar. A autora explica que existe aí uma construção de respeito mútuo, diferente do respeito unilateral, no qual o adulto consegue através da autoridade. O respeito mútuo nada mais é que respeitar a criança como sua semelhante e claro que trabalhar com esse tipo de respeito é muito mais trabalhoso, pois o adulto precisa minimizar a sua autoridade e construir com as crianças pouco a pouco.

Em uma escola de Educação Infantil, havia um garoto que adorava ficar brincando no parque, e nunca voltava para a classe com as outras crianças, permanecendo nos brinquedos depois do recreio. A professora mandava chamá-lo mas em vão. Então ela pediu à ajudante do dia para ir até o parque e perguntar-lhe se ele preferia voltar sozinho à classe ou se preferia que ela mesma fosse buscá-lo. Como o aluno ignorou a opção, a professora mostrou que não estava brincando, que não iria “deixar passar”, e foi buscá-lo, conforme tinha afirmado. Porém ela não deu a essa atitude um caráter de expiação. Trouxe a criança, sem repreensão e censuras, dizendo: “Percebo que você preferiu que eu viesse buscá-lo. Vamos, pois as crianças já estão trabalhando na atividade independente”. Na semana seguinte, o garoto novamente ficou mais tempo no parque, e quando o colega foi chamá-lo, ele dirigiu-se rapidamente para a classe, porque sabia que, caso não entrasse a professora iria buscá-lo. Se a educadora não tivesse tomado tal atitude, essa situação, com certeza, se repetiria inúmeras vezes e a criança não a levaria a sério (VINHA, 2006, p.373).

A autora escreveu em seu texto que algumas professoras ao conhecer a sanção por reciprocidade, achavam que as mediações acabava ficando só no

diálogo e as crianças as ignoravam e continuam fazendo, ela deu um exemplo de como fazer quando a conversa não surge resultado:

Em uma classe, as crianças usavam álcool para limpar as pequenas mesas de fórmica. Toda segunda-feira, a professora enchia o frasco de álcool, que deveria durar a semana toda. Conversando com as crianças ela visou que elas deveriam economizar e aprender a dosar o tanto de álcool a ser usado, pois aquela quantidade era suficiente para durar a semana inteira. Porém, na quarta-feira, as crianças já haviam acabado com o produto e vieram com o frasco vazio pedindo para colocar mais. A professora sabia que se o enchesse novamente, essa situação se repetiria, e, demonstrando respeito e coerência relativos à forma elaborada, disse que o combinado foi de só colocar mais álcool na segunda-feira, e era o que iriam fazer. As crianças limpavam as mesas da sala com um pano umedecido apenas com água, percebendo que não retirava todas as manchas e já na semana seguinte, conseguiram dosar melhor o produto, durando cinco dias, e até sobrando (VINHA, 2006, p.373).

Vinha (2006) explica como o professor pode intervir quando uma das partes não aceita o diálogo:

Em uma pré-escola, estava havendo uma briga por causa de um cavalinho feito com mola que ficava no parque. BRU, um garoto grande e forte, que nem aparentava ter apenas 6 anos de idade, não queria deixar que os menores também brincassem. Um menino veio solicitar a intervenção da professora, que o questionou sobre como ele poderia resolver esse problema. Ele disse que iria conversar com BRU, falar o que achava e explicar que todos deveriam dividir o mesmo brinquedo. Pouco depois, o garoto voltou chorando dizendo que BRU havia batido nele, e ainda tinha dito que não iria sair do cavalinho. A professora dirigiu-se ao local da desavença, pegou BRU pela mão, retirando-o do brinquedo e enquanto o afastava de lá, disse-lhe: “Estou achando seriamente que você deve ser separado dos seus colegas, até encontrar um jeito melhor de brincar com eles sem brigar”, BRU foi apenas excluído do ambiente onde estava prejudicando o grupo, ele não ficou “pensando” em nenhum lugar de específico, tendo liberdade para brincar onde quisesse, na gangorra, escorregador, tanque de areia, etc. Porém, só poderia volta ao cavalinho de mola, se concordasse dividi-lo com as outras crianças (VINHA, 2006, p.374).

A autora menciona que a limitação deve ser colocada de maneira firme e sucinta, para que a criança perceba que a professora está falando sério, sem muitas explicações. Em momentos de agressões físicas é mais viável que a professora use uma linguagem descritiva, procurando ser breve e firme com as crianças: “Vi o que aconteceu. Não se morde as pessoas”. É necessário evitar sermões no momento de raiva da criança. Após a professora já ter sido firme e colocado uma limitação na situação, começa a se trabalhar o sentimento, a professora pode questionar: “E agora, o que vamos fazer?”, “Será que poderia buscar um algodão para limpar o sangue e um band-aid?”, “Daria para você buscar um gelo para colocar no galo?”.

Vinha (2006) ressalta que é necessária sim a conversa, o diálogo, mas também é importante que se tome algumas atitudes, se não a professora acaba perdendo os créditos com as crianças:

No grupo experimental, havia uma classe da pré-escola que se mostrava particularmente difícil de trabalhar. As crianças eram irrequietas e indisciplinadas. A professora, uma pessoa muito competente e dedicada ao trabalho, conversava muito com as crianças fazendo com que refletissem sobre seus comportamentos. Porém, pouco tempo depois, elas “esqueciam” e novamente repetiam suas ações. Ao observarmos sua postura em classe, constatamos que a professora conversava muito, até demais, e nunca tomava nenhuma atitude. Devido a esse motivo, as crianças tinham-na como “boazinha”, e percebiam que nada lhes aconteceria se desrespeitassem as regras. Ao tomar consciência disso, a professora começou a modificar sua postura, passando a tomar “atitudes” de reciprocidade quando necessário. No início as crianças estranharam, afinal “o que aconteceu com a nossa professora?”, mas depois os trabalhos e a organização da classe melhoraram bastante, e as regras passaram a ser menos desrespeitadas (VINHA, 2006, p.376).

É possível concluir que a sanção de caráter expiatório não é eficaz quando se pretende alcançar um objetivo duradouro, ou seja, quando se deseja que o aluno deixe de tomar tal conduta por um longo período de tempo ou se eu pretendo que o mesmo aprenda a melhor maneira de se resolver os conflitos. Tal mediação garante apenas um resultado momentâneo, ou às vezes nem isso, porque como foi visto tal mediação pode causar revolta nos alunos, pois gera um sentimento de injustiça.

Em relação à sanção por reciprocidade, quando se é trabalhada de forma correta, é extremamente eficaz, pois essa permite que o aluno se coloque no lugar do outro, ou aja de forma atuante naquilo que está sendo sancionado, ou seja, quando um aluno suja o chão, podemos explicá-lo o porquê não se deve sujar ou o porquê devemos manter limpo, pedindo gentilmente que o mesmo limpe, como forma de atuar referente ao que se foi pedido.

Este capítulo retratou diversos relatos negativos nas formas de mediação dos professores, esses relatos aconteceram em muitos momentos diferentes, tais como: nas relações sociais, ou seja, quando duas crianças querem brincar com um mesmo brinquedo. Relacionando essas mediações com as sanções estudadas por Piaget, é possível perceber que essa forma errada de corrigir os alunos refere-se à sanção expiatória.

Em um segundo momento é possível perceber as formas corretas de corrigir os alunos através de relatos de experiências. Essas experiências também acontecem em diversos momentos, como por exemplo, quando os alunos precisam ajudar a limpar sua sala e não tem controle do uso do produto de limpeza, este é um

ótimo momento para sancionar de forma correta, explicando sobre seu mau uso. Ao analisar tal experiência, pode-se notar que a mesma refere-se à sanção por reciprocidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos que nortearam esse trabalho foi identificar quais fatores e/ou características das faixas etárias levam as crianças da Educação Infantil entrarem em constantes conflitos, tal objetivo foi alcançado através do destaque e explicação dos mesmos de forma esmiuçada e abrangendo os estudos de vários estudiosos. Já o segundo objetivo é destacar a importância da preparação dos profissionais da educação para reconhecer tais fatores e/ou características buscando mediar os conflitos, esse objetivo foi alcançado além do aprofundamento de estudos que comprovem as formas corretas de mediação, mas também, com exemplos positivos e negativos relativos às mesmas. E por fim apresentar e analisar a perspectiva piagetiana para a mediação de conflito na Educação Infantil, esse objetivo diz respeito tanto ao trabalho como um todo, pois Piaget aparece ao longo dele, mas principalmente em relação às sanções, que são formas de mediação estudadas e aplicadas por Piaget, tal objetivo foi alcançado analisando relatos de experiências, tanto experiências com a sanção expiatória, quanto com a sanção por reciprocidade.

É possível concluir que as características da faixa etária das crianças da Educação Infantil fazem com que os conflitos ocorram dentro de tais ambientes. Algumas características que foram estudadas ao longo do primeiro capítulo são: a moral da criança, sobre essa característica nota-se que as crianças precisam diretamente da ajuda do professor. Para que a moral da criança seja construída de forma efetiva, é necessário que o adulto responsável por ela dentro do ambiente escolar, a ajude a perceber o outro e o seu sentimento/vontade, ou seja, quando uma criança briga com a outra, cabe ao professor mediar aquela situação de forma que as crianças entendam aquela situação e compreendam o sentimento do outro. Outra característica vista foi o egocentrismo, já nessa fase as crianças não conseguem distinguir o outro e o eu, ou seja, a criança entende que o mundo é uma extensão do seu corpo, tudo é dela e está voltado para ela, momento esse que surgem alguns conflitos por conta dos brinquedos, do espaço, de pessoas, ou seja, a criança não quer dividir tais coisas, pois acha que tudo é dela e pertence somente a ela. E por fim, não é uma característica, mas sim um aspecto que é encontrado no ambiente escolar, a socialização, esta por sua vez pode gerar conflitos, pois, as crianças hoje em dia têm poucos irmãos, pouco contato com outras crianças, o limite

de espaço para brincadeiras é bem menor, muitas vezes limitado dentro de suas casas, conseqüentemente a criança chega num espaço maior, no qual há outras crianças, crianças nas quais ela terá de dividir os pertences, sua vontade não será mais a única, gerando então alguns conflitos.

Sobre a mediação dos professores, vimos no segundo capítulo que é de essencial importância que os mesmos estejam atentos as características da faixa etária para entender os conflitos existentes e a melhor forma de mediá-los, contribuindo para um bom desenvolvimento das crianças. Outro aspecto importante é que os conflitos não devem ser evitados, pois é a partir dele que a criança começa a perceber o outro e se desenvolver a partir disso, é necessário pensar que essa mediação durará para toda a vida, futuramente a criança que se tornará adulta, podendo se tornar alguém melhor perante aos outros, graças a uma mediação bem feita quando criança.

As sanções são formas de mediação estudadas por Piaget, são elas: sanção expiatória, essa mediação normalmente não funciona com as crianças, pois dá a elas a sensação de injustiça em alguns casos. Sanção por reciprocidade, essa por sua vez gera resultados positivos, porém, esses resultados podem não aparecer instantaneamente, pois, essa sanção traz resultados que dura para a vida toda.

O aprofundamento no estudo sobre Mediação de Conflitos na Educação Infantil proporcionou uma visão mais ampla e ao mesmo tempo mais sensível relacionado aos conflitos que acontecem nesse período. Neste sentido, será possível realizar uma reflexão, na prática cotidiana na sala de aula, sobre uma mediação correta dos conflitos que possam existir, uma mediação que favoreça o desenvolvimento moral dos alunos, ou seja, proporcionar que os alunos enxerguem os outros e aquilo que os mesmos sentem e pensam, característica essa que prevalecerá ao longo da vida dos alunos. Tornar real, dentro da sala de aula, que os alunos e os professores são iguais perante alguns direitos e deveres, favorecendo assim, a autonomia dos alunos em opinar, discutir, criticar, entre outros.

REFERÊNCIAS

- ARCHANGELO, Ribeiro Marques Rosemeire. **Sanção Expiatória versus sanção por reciprocidade**: estudo exploratório em dez classes de Educação Infantil. 2010. 156 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/90122/archangelo_rmr_me_rcla.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 nov.2017.
- ARRIBAS, Lleixa Teresa. **Educação Infantil**. Desenvolvimento, currículo e organização escolar. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, 1998. v.2. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, 1998. v. 1. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2017.
- CARVALHO, Ana; MAGALHÃES, Maria; ASSIS, Regina. **Com a pré-escola nas mãos**: Uma alternativa curricular para a educação infantil. 12 ed. São Paulo: Ática, 1999.
- CHRISPINO, Álvaro. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.15, n.54, p.11-28, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n54/a02v1554>>. Acesso em: 26 jul. 2017.
- FELIPE, Jane. **Educação Infantil**: Pra que te quero? In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. (orgs). O Desenvolvimento Infantil na Perspectiva Sociointeracionista: Piaget, Vygotsky, Wallon. Porto Alegre, Artmed, 2001, p. 61-66.
- GALVÃO, Izabel. **Henry Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis, RJ:Vozes, 1995.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOLDSCHMIED, Elionor; JACKSON, Sonia. **Educação de 0 a 3 anos**. O atendimento em creche. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- KAGAN, Mussen Conger. **Desenvolvimento e Personalidade da Criança**. 4 ed. Vila Mariana, São Paulo: Harper e Row do Brasil, 1977.
- LEONHARDT, Diana; CARVALHO, Adriana; BEATRIZ, Lia. Estratégias de professoras de educação infantil para resolução de conflitos entre crianças. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**

[on line], v.18, n.2, p. 248- 254, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v18n2/1413-8557-pee-18-02-0247.pdf>> Acesso em: 13 julho 2017.

MÜLLER, Fernanda Graundenz. Competências profissionais do mediador de conflitos no contexto escolar. **Revista Electronica de Investigación y Docencia**. Santa Catarina, Brasil, n. 1, p. 107-121, set. 2008. Disponível em: <<http://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/reid/article/view/952/799>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

OLIVERA, Zilma. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. 2 ed. São Paulo: Summus, 1994.

REDL, Fritz; WINEMAN, David. **A criança agressiva**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

SEBASTIÃO, João. Violência na escola, processos de socialização e formas de regulação. **Sociologia, problemas e práticas** [on line], n. 71, p. 23-37, 2013. Disponível em: <<file:///C:/Documents%20and%20Settings/Usuario/Meus%20documentos/Downloads/spp-933.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2017.

TOGNETTA, Luciene; ASSIS, Orly Zucatto Mantovani de. A construção da solidariedade e a educação do sentimento na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.1, p. 49-66, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n1/a04v32n1>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino. **A construção da solidariedade e a educação do sentimento na escola**. Uma proposta de trabalho com as virtudes numa visão construtivista. 3 reimp. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

VINHA, Telma Pileggi. **O educador e a moralidade infantil: uma visão construtivista**. 3 reimp. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.